

No centenário do Partido Comunista da China. O caminho da China para uma Nova Era e o papel da Nova Rota da Seda

On the centenary of the Communist Party of China. China's path to a New Age and the role of the New Silk Road

António dos Santos Queirós

Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa
Câmara de Cooperação e Desenvolvimento Portugal-China
Observatório da China
adsqueiros@gmail.com
ORCID: 0000-0002-1241-5831

RESUMO

Este artigo discute o papel histórico da República Popular da China, à luz do percurso centenário do seu Partido Comunista. No centro da investigação está a questão da Declaração Universal dos Direitos do Homem, e o confronto político e ideológico que ela suscita entre os EUA e a China, o seu contexto histórico e conteúdo político, mal conhecidos e obliterados. Procurámos estabelecer um quadro conceptual, com critérios científicos e não de propaganda, que se adegue à natureza singular do regime político da China e da sua proposta de Nova Rota da Seda.

A nossa investigação concluiu que o socialismo com características chinesas é um regime diferente do socialismo da antiga URSS e igualmente distinto dos regimes de democracia liberal onde predomina o capitalismo de estado, tal como não pode ser identificado com as autocracias orientais. Emerge como resultado de um processo histórico original e ganha um peso político internacional que contribuiu, com o ciclo agravado de crises financeiras das democracias liberais, para abrir um novo período da globalização.

PALAVRAS-CHAVE

Declaração Universal dos Direitos do Homem; Princípios e Artigos, P. C. Chang, J. P. Humphrey, Rota da Seda para a Paz, Socialismo Ecológico, Ecocivilização.

ABSTRACT

This article discusses the historical role of the People's Republic of China, on the centenary of its Communist Party. This research focuses on the Universal Declaration of Human Rights and the political and ideological confrontation that has been going between the US and China concerning these issues, in terms of historical context and political content, both of which are poorly understood or glossed over. We seek to establish a conceptual framework, with criteria which are scientific and not simply based on propaganda, and which adequately address the particular nature of China's political regime and its proposal for a New Silk Road.

Our research has concluded that socialism with Chinese characteristics is a very different regime from the socialism of the former USSR. Moreover, it is equally distinct from the regimes of liberal democracy where state capitalism predominates, as well as with other eastern autocracies, with which it cannot be identified. It has emerged from a singular historical process and has gained substantial international political weight, which, as a result of the worsening cycle of financial crises in liberal democracies, has contributed to the opening up of a new period of globalization.

KEYWORDS

Universal Declaration of Human Rights; Principles and Articles, P. C. Chang, J. P. Humphrey, Silk Road to Peace, Ecological Socialism, Eco Civilization.

I. O Partido Comunista da China, em face da História Nacional e Mundial

No âmbito do centenário do Partido Comunista da China _PCCh, 1921-2021, destacam-se cinco momentos históricos:

Primeiro – A criação da Frente Única contra a agressão japonesa, que foi crucial para a derrota estratégica do Japão e do nazi-fascismo na II Guerra Mundial, e permitiu, aos povos de todo o mundo, escolher o seu próprio modelo de democracia, liberal ou socialista, fundando na China uma democracia de tipo novo, capaz de unir a nação chinesa e as suas 56 nacionalidades e conduzi-la para o progresso em todos os domínios.

Segundo – Durante o período da Guerra Fria, a definição de uma alternativa de paz e cooperação global, que assentou, primeiro, nos cinco princípios da coexistência pacífica e se desenvolveu no período da globalização financeira, com a proposta da nova Rota da Seda para a Paz e o Desenvolvimento Sustentável.

Terceiro – O desenvolvimento da teoria e da prática do socialismo, de novo em alternativa ao pensamento único e dogmático, proveniente da esquerda socialista e da direita liberal, que prescreviam a imposição do seu modelo social único e o fim da história. O conceito filosófico de “Socialismo com Características Chinesas”, traz em si próprio uma dupla mensagem de liberdade e progresso: Primeira, cada nação deve poder escolher o seu próprio caminho para a democracia e o socialismo, mas esse caminho não é o da procura da hegemonia, que conduziu e hoje continua a levar as potências modernas para a guerra e o mundo para a crise ambiental. O “Socialismo com Características Chinesas” é um Socialismo Ecológico e, sobre esta base, o maior contributo da grande nação chinesa para o futuro comum da humanidade, que abre o caminho a uma nova ecocivilização.

No 18.º Congresso (2012), ocorreu um facto histórico na evolução doutrinária dos partidos comunistas, que, a Ocidente, permanece praticamente desconhecido: os estatutos e programa do PCCh foram renovados para acolher, ao lado das contribuições dos ideólogos socialistas, os princípios da filosofia e da ética ambientais, sob proposta do novo líder Xi Jinping.

Quarto – A erradicação da pobreza em 2020, realizando o sonho mais antigo de todas as comunidades humanas, que a história já conheceu.

Quinto – A China, face ao emergir da pandemia do COVID 19, assumiu perante o mundo a responsabilidade de proteger a vida dos seus cidadãos e da humani-

dade, ao custo de gigantescas perdas económicas e do esforço nacional do seu povo, sob orientação do governo e da Organização Mundial de Saúde.

O PCCh liderou todos estes processos, são factos históricos inquestionáveis, documentados pelos arquivos dos estados e das instituições internacionais – ONU, FMI, Banco Mundial, OMS..., mas omitidos ou deturpados a Ocidente, pelo controlo de uma dúzia de oligopólios da comunicação e das redes sociais, que persistem na propaganda da Guerra Fria, influenciam a própria academia e semeiam a alienação política entre os cidadãos. A omissão e a falsificação da história, é hoje a primeira característica do pensamento único.

Em todos os períodos da história contemporânea, o PCCh teve de elaborar uma filosofia política original, que não cabia nos tratados tradicionais da democracia liberal ou do socialismo.

Darei um primeiro exemplo, relativo ao papel da China na II Guerra Mundial:

No período da resistência à ocupação japonesa e ascensão do imperialismo nipónico e nazi-fascista, o PCCh teve de elaborar uma estratégia autónoma, face às democracias liberais, mas também face à União Soviética e à Internacional Comunista. A liderança militarista de Chiang Kai-shek, que passou a dominar o Kuomintang, após a morte do líder democrático Sun Yat Sen, proclamava a impossibilidade de a China semifeudal e semicolonial, poder sequer construir uma república democrática. E a própria Internacional não acreditava na força revolucionária do campesinato e na possibilidade do emergir de soviets de camponeses.

Foi o PCCh, que, sob a liderança de Mao e outros dirigentes históricos, elaborou os princípios e o programa da Guerra Popular e da Nova Democracia (que Sun Yat Sen visionara), unindo na resistência ao Japão todos os partidos e forças sociais que constituíam a nação chinesa, construindo uma vasta aliança que se estendeu aos empresários chineses, aos camponeses médios e ricos, à intelectualidade, que a política de barbárie dos ocupantes espoliava, arruinava, expropriava e massacrava.

O aliado esquecido. A Nova Democracia.

Na ofensiva, no Pacífico, contra os EUA e as colónias inglesas, o Japão lançou 400.000 soldados, deixando em reserva, para defesa do seu território, outros tantos. Para conquistar a China e enfrentar a resistência do seu povo teve de concentrar neste país a maior parte dos seus soldados, um exército de 1.300.000 militares. Os invasores japoneses e as tropas mercenárias que recrutaram local-

mente sofreram na China mais de 1.714.000 baixas, das quais 524.000 soldados japoneses. Aquando da rendição, em 2 de setembro de 1945, 1.280.000 efetivos do exército japonês depuseram as armas.

A contribuição estratégica da China para a derrota do fascismo mundial foi decisiva e custou ao seu povo 35 milhões de baixas, vítimas da guerra de terror, da penúria, da fome e das doenças epidémicas, mas também da guerra química e biológica a que o Japão recorreu em larga escala, que podemos confrontar com as baixas americanas de 340.000 mortes, japonesas, de 2 milhões e 650.000, alemãs, de 6 milhões ou o holocausto de 6 milhões de judeus...só comparáveis com o sacrifício de 25 milhões de soviéticos, um tributo heroico à paz e à liberdade. As vidas sacrificadas dos cidadãos da URSS e da China, mais do que qualquer outros povos, contribuíram para que todas as nações do mundo pudessem escolher, a partir a vitória sobre o nazi-fascismo e o militarismo japonês, o seu regime político democrático, a democracia liberal ou o socialismo.

Logo a seguir à vitória sobre o Japão e crente da sua superioridade militar e apoio dos EUA, Chiang Kai-shek recusou a constituição de um governo de unidade nacional e retomou a guerra civil. Para o derrotar, constituiu-se uma nova frente popular, que reuniu os comunistas e oito partidos democráticos, incluindo um setor do próprio Kuomintang, liderado por Soong Ching Ling (a viúva de Sun Yat Sen, que mais tarde chegaria à presidência da República Popular da China).

A aliança política forjada na resistência contra o Japão e depois na luta pela Nova Democracia, levou à convocação da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, em Pequim, entre 21 e 30 de setembro de 1949, que assumiria as funções da Assembleia Popular Nacional, antes da sua eleição por sufrágio universal. E persistiria no texto constitucional e ao longo de todas as suas atualizações.

A Conferência Consultiva Política dos Povos da China reuniu representantes do partido comunista e dos oito partidos democráticos que constituíram a frente única contra o Japão e que permaneceram aliados na guerra civil e na luta pela Nova Democracia, incluiu delegados de todas as forças sociais e económicas da China, e das suas 56 nacionalidades. A Conferência aprovou o programa fundador da República Popular da China e elegeu como seu presidente o líder comunista, Mao Zedong.

Os detratores da RPCh omitem este percurso histórico, querendo fazer passar a ideia de que esta democracia de tipo novo foi imposta ao povo chinês, contra a sua vontade, pelo PCCh e Taiwan é apresentado como um reduto da democracia liberal, que o líder militar do Kuomintang nunca quis nem admitiu. Durante 42

anos Taiwan foi governada, com mão de ferro, por um regime militarista, que se transformou numa sucessão dinástica.

II. A China cofundadora da Declaração Universal dos Direitos do Homem

A paz e a dignidade para todos os seres humanos

A RPCh defendeu e pôs em prática uma alternativa de paz e cooperação global, que assentou, primeiro, nos cinco princípios da coexistência pacífica e se desenvolveu no período da globalização financeira, com a proposta da Nova Rota da Seda para a Paz e o Desenvolvimento Sustentável.

Regressemos ao contexto histórico em que foi elaborada e aprovada a Declaração Universal dos Direitos do Homem: todos os 30 artigos, que consagram os direitos democráticos fundamentais, como são o direito ao trabalho e à proteção social, à igualdade perante a lei ou de género, possuem a mesma dimensão política e estão subordinados a dois imperativos éticos que a Declaração proclama no seu preâmbulo – o imperativo da dignidade e o imperativo da paz:

...o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e dos seus direitos iguais e inalienáveis constitui o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo.

Essa dignidade será protegida através de “um regime de direito, para que o homem não seja compelido, em supremo recurso, à revolta contra a tirania e a opressão”. E só será defendida com “o desenvolvimento de relações amistosas entre as nações”.

O Programa Comum, fundador da RPCh em 1949 e, depois, a Constituição da República Popular da China integraram todos os artigos da Declaração Universal dos Direitos do Homem (DUDH).

Chu-En-Lai, então Ministro dos Negócios Estrangeiros, propôs ao mundo, dividido pela Guerra Fria e ameaçado de holocausto nuclear, concretizando, assim, o imperativo da Paz consagrado pela DUDH, os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica (1954): 1) respeito mútuo da soberania e integridade nacional; 2) não-agressão; 3) não intervenção nos assuntos internos de um país por parte de outro; 4) igualdade e benefícios recíprocos; 5) coexistência pacífica entre Estados com sistemas sociais e ideológicos diferentes. O Movimento dos Países Não

Alinhados (115 países, em 1961) adotou-os como seus e as duas superpotências da época, o Reino Unido e os EUA, assistiram nos seus próprios países ao renascimento dos movimentos sociais pela paz, que perdurariam até ao nosso tempo..

A erradicação da pobreza, um dos imperativos da Declaração Universal dos Direitos do Homem

A erradicação da pobreza é um desígnio que atravessa os 30 Artigos da DUDH, obliterados e mutilados pela propaganda dos defensores do “pensamento único”, reduzida na doutrina política a uma só forma de democracia, a democracia liberal e um só regime económico, o mercado liberalizado ao extremo, que representariam o fim da História!

Mas foi o próprio Banco Mundial que chamou a atenção para o facto de o conceito tradicional do Produto Interno Bruto (PIB ou GDP) não permitir medir com rigor a dimensão relativa da economia e, sobretudo, os níveis de bem-estar que proporciona, devido às enormes diferenças de preços de bens e serviços essenciais em cada país. Neste contexto, surge o conceito de *Purchasing Power Parity* (PPP), que compara os custos reais de um cabaz equivalente de bens e serviços com o poder de compra da sua população e é o próprio Banco Mundial que lança o *International Comparison Program*, um programa estatístico destinado a avaliar o PPP! O seu Relatório, datado de 2011, dá-nos uma imagem da economia real do mundo completamente diferente da visão do senso comum e dos valores da economia nominal.

A Rota da Seda para um Futuro Comum

Em 2014, o Banco Mundial avaliava o PIB *per capita* da RPCh, símbolo da economia nominal, em 7.590 USD, e o dos EUA em 54.630 USD. Apesar do crescimento notável do PIB chinês, essa grande diferença parecia indicar a continuação de grandes manchas de pobreza na China e a recuperação da prosperidade e do sonho americano de ascensão social.

O mesmo Banco Mundial se encarregaria de revelar os dados da economia real, que contrariam esta visão ilusória e permitem compreender melhor como o PIB nominal é um conceito dúbio. Em 2014, a economia real mudara de novo: a revista *International Business Times* fazia então eco do anúncio pelo FMI de que a economia chinesa tinha ultrapassado a dos EUA *in terms of purchasing power*

parity, lugar que este país ocupava desde 1872, de acordo com a informação atualizada pelo referido *International Comparison Program* do Banco Mundial!¹

No entanto, desvalorizava o seu significado económico e social, baseando-se na diferença entre os dois PIB. Observemos então mais de perto a dimensão social da economia, a economia política.

A UNESCO e todas as instâncias internacionais reconheciam na época em que a RPCCh realizara a maior reforma social progressista da história contemporânea: cumprindo os critérios das Nações Unidas, chegava a 2012 com um índice de pobreza de apenas 4% da população e tudo apontava para que a China atingisse em 2020 o seu objetivo de retirar da pobreza 850 milhões de cidadãos!

Nos EUA, apesar do seu PIB nominal, o *US Census Bureau* informava que 16% da população americana vivia na pobreza!

Olhemos então para a realidade social que o PIB nominal esconde: enquanto a China contabilizava 2,7 milhões de milionários e uma classe média que subia então a 400 milhões, com índices de crescimento que permitiam confirmar a projeção do seu governo de atingir na década de 2020/2030 a ascensão de mil milhões de cidadãos a essa classe média, a riqueza dos cidadãos americanos concentrava-se cada vez mais nuns escassos 1% da população americana – uma concentração avassaladora, já que, em 2006, este grupo do topo recebia 53% dos rendimentos, e em 2010 chegava aos 93%!

O pior é que, nessa data, a pobreza extrema dos que vivem com menos de 2 dólares por dia era o dobro de 1966, com 1,5 milhões de famílias e 2,8 milhões de crianças!²

Atualmente, a Comissão dos Direitos Humanos das Nações Unidas e as entidades sociais que combatem a pobreza nos EUA divergem na dimensão da pobreza naquele país. Esta Comissão contabiliza 40 milhões de pobres, mas aquelas entidades consideram que esse número é superior e atinge 140 milhões.

¹ International Comparison Program (ICP). The ICP is a worldwide statistical initiative led by the World Bank under the auspices of the United Nations Statistical Commission, with the main objective of providing comparable price and volume measures of gross domestic product (GDP) and its expenditure aggregates among countries within and across regions. Through a partnership with international, regional, sub-regional and national agencies, the ICP collects and compares price data and GDP expenditures to estimate and publish purchasing power parities (PPPs) of the world's economies.

² Consultar a obra de Daniel A. Bell, *O Modelo Chinês. A Meritocracia Política e os Limites da Democracia*.

Em artigo recente, a *BBC internacional*, que se tem destacado na propaganda negativa sobre a China, vem reconhecer o grande feito social da erradicação da pobreza extrema naquele país, recorrendo às estatísticas do Banco Mundial, mas usando uma velha técnica de propaganda ideológica, que, quando já não pode negar a realidade, se serve da dúvida e da omissão³.

Enquanto o padrão internacional da UNESCO e dos países em geral qualifica a erradicação da pobreza apenas com base no rendimento, a China acrescenta-lhe as Duas Garantias e os Três Direitos (Referentes às garantias de alimentação e roupas adequadas e aos direitos de acesso à educação obrigatória, serviços médicos básicos e moradia segura para residentes rurais empobrecidos). A estatística citada da *BBC/World Bank* pára em 2016. Nela se pode ver que a pobreza extrema já não tem relevância estatística, mas ainda atinge 0.5% da população.

Contudo, no Livro Branco sobre a pobreza, que a China publicou em 2020, face ao objetivo de erradicar da pobreza 850 milhões de cidadãos, demonstra-se que este desiderato foi atingido⁴. Embora se sublinhe que, nas Regiões Autónomas Especiais e entre as minorias nacionais disseminadas pela Províncias chinesas, a pobreza extrema foi erradicada.

Acresce que o estado de pobreza é definido pela China como o de qualquer pessoa, nomeadamente nas áreas rurais onde ganha menos de US \$ 2,30 por dia (corrigido pela inflação). A referência nacional usada pela China é mais alta do que a linha de pobreza de US \$ 1,90 por dia usada pelo Banco Mundial. O artigo da BBC acaba por o reconhecer.

Regressando ao estudo comparado com os EUA, a renda disponível *per capita* dos pobres rurais, que era, anualmente, de apenas 30 \$USD em 1949, aumentou de RMB 6.079 em 2013 para RMB 12.588 (1.928 \$USA) em 2020. É um valor nominal mais baixo do que os 7.000 \$USA, mas devido à diferença na prática social do valor real do salário, o trabalhador americano não consegue sequer pagar uma renda de casa modesta, nem garantir o acesso a outros bens essenciais.

Aproveitando a iliteracia económica e financeira de grandes segmentos da população, a propaganda negativa contra a China comparava salários nominais e escondia e esconde o conceito de poder de compra comparado (PPP).

³ Goodman, J. (2021). Has China lifted 100 million people out of poverty? In *BBC Reality Check*, 28.02.2021. <https://www.bbc.com/news/56213271>. Acedido a 29.06.2021.

⁴ China releases white paper on poverty alleviation. *chinadaily.com.cn*, 06.06.2021. In <http://www.chinadaily.com.cn/a/202104/06/WS606bc164a31024ad0bab3b05.html> Acedido a 29.06.2021.

É, pois, certo que a China ocupa desde 2016 o primeiro lugar no ranking PPP, substituindo os EUA, segundo os relatórios do FMI e do Banco Mundial, que também reconhecem o seu contributo para erradicar a pobreza, na China e para além dela.

Eis como, por ignorância da economia política e do conteúdo político-social e moral da Declaração Universal dos Direitos do Homem e com o monopólio da informação se esconde a realidade e se manipula a consciência social.

A Nova Rota da Seda inscreve-se naquele caminho e já se traduziu em novos acordos multilaterais em todas as regiões do mundo. A superioridade destes projetos e acordos sobre os tratados internacionais em vigor reside, em primeiro lugar, no acesso ao crédito a juros baixos para todos os países, segundo, no respeito pela decisão soberana de cada um sobre a escolha dos seus projetos estratégicos e, terceiro, na posição da China como parceiro que não procura a hegemonia.

Em Portugal, o investimento chinês caracteriza-se e distingue-se do investimento típico das multinacionais estrangeiras (veja-se o que sucedeu à Cimpor, à Ana, aos CTT, ao banco Totta...) pelas seguintes características, conformes ao espírito e aos ideais da Rota da Seda, de que poderemos vir a ser a Porta Atlântica para a Europa, com parcerias estratégicas, capitalização e aumento do património, ausência de despedimentos, manutenção das equipas de administração e gestão nacionais e orientação para as necessidades do mercado nacional.

Esta realidade não pode ser negada e revela que o alegado controlo de setores estratégicos pela China não representa uma ameaça real. Outra questão política é saber se um governo democrático pode ou deve abdicar de ter uma presença efetiva e forte nas empresas estratégicas do seu país, em favor seja de quem for.

O confronto diplomático entre os EUA e a China sobre Xinjiang e os direitos humanos

Em 8 de julho de 2019, um grupo de 22 Estados emitiu uma carta conjunta à 41.ª sessão do Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas (UNHRC), acusando a China de detenção maciça de Uyghurs e outras minorias na região de Xinjiang, no noroeste da China.

Apenas quatro dias depois, em 12 de julho de 2019, um outro grupo de 37 Estados enviou uma carta em sentido oposto à UNHRC em apoio das políticas da RPCh na região de Xinjiang (Xinhua, 13 de julho). Esta carta afirmava que “o trabalho [da UNHRC] deve ser conduzido com o objetivo [...] de não acirrar o

confronto e a politização” e expressava “firme oposição à prática dos países mais influentes de politizar as questões dos direitos humanos, acusando, denegrindo e exercendo publicamente pressões sobre outros países”. Esta carta elogiava “as notáveis conquistas da China” na “proteção e promoção dos direitos humanos através do desenvolvimento”. A carta ainda “apelava aos países mais influentes para que se abstivessem de usar acusações infundadas contra a China” e instava a UNHRC a abordar a situação de Xinjiang “de forma objetiva e imparcial... com informação verdadeira e genuinamente credível” (UNHRC, 12 de julho).

O Qatar retirou posteriormente a subscrição. No entanto, quando uma segunda carta foi remetida no final de julho, representantes de treze outros Estados e da Autoridade Palestiniana tinham acrescentado o seu apoio, elevando para 50 o número total de signatários.

Olhando para os grupos de países “22” e “50” ocorrem-nos três observações fundamentais. A primeira observação é que, neste último grupo, 23 Estados de maioria islâmica apoiaram a RPCh e a política chinesa em Xinjiang. A Turquia não assinou esta Carta, mas apenas alguns dias antes da publicação da declaração, o Presidente da Turquia, Erdogan, afirmou que “residentes de várias etnias que vivem felizes na Região Autónoma de Xinjiang Uighur, graças à prosperidade da China, é um facto indesmentível, e a Turquia não permitirá que ninguém coloque um travão nas suas relações com a China” (Al-Araby, 3 de julho)⁵.

Segunda observação. Do lado americano posicionaram-se Canadá, Austrália, Nova Zelândia e 19 países europeus. Nem um único país muçulmano. Note-se que os próprios Estados Unidos não assinaram a carta do grupo “22”! Os aliados tradicionais que acolhem bases militares norte-americanas, como o Bahrein, o Kuwait e a Arábia Saudita, não subscreveram as acusações dos EUA, por não terem fundamento, e, ao contrário, apoiaram a China. As suas próprias missões, representantes, turistas, jornalistas, visitavam regularmente a região autónoma, mesmo durante o período dos ataques terroristas, e continuam a fazê-lo após a erradicação do terrorismo. Entre os 150 milhões de turistas que o fazem, 10% são estrangeiros.

Muitos deles sofrem o mesmos tipo de agressão terrorista, que manipula a religião islâmica (caso do Paquistão, Egito, Iraque, Síria, Nigéria, Sudão, Etiópia Moçambique...), e apoiam a China sobretudo por essa razão, não por razões

⁵ Yellinek, R. & Chen, E. (2019). The '22 vs. 50' Diplomatic Split Between the West and China Over Xinjiang and Human Rights. China Brief Volume, 19(22). <https://jamestown.org/program/the-22-vs-50-diplomatic-split-between-the-west-and-china-over-xinjiang-and-human-rights/>.

pragmáticas de negócios, sabendo que a China defende o desenvolvimento cordial das relações comerciais, sem boicotes nem chantagens, nem imposições de natureza política ou ideológica, guardando apenas o direito de retaliar quando aquelas acontecem. E a última, mas não menos importante, razão do apoio à China é porque esses países islâmicos e o grupo dos 50 não têm ilusões de que a única coisa que move o governo americano é a conservação da hegemonia dos EUA em todo o mundo, chegando, assim, o momento de criar uma ordem internacional multipolar!

O governo dos EUA e a União Europeia não aceitam os convites do governo chinês para enviar os seus representantes oficiais para visitar Xinjiang.

Terceira observação. Não é credível que todos os governos daqueles 22 países estejam sinceramente comprometidos com a aplicação dos princípios e dos 30 artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, no seu próprio país, extensivos aos muçulmanos que lá vivem e ao desconhecido povo Uigur e outras 46 nacionalidades da Região Autónoma de Xinjiang. Por uma razão crucial, e esta foi sistematizada pela Human Rights Watch, uma organização criada pelo governo dos EUA para, sob a fachada dos Direitos do Homem, desgastar a imagem dos antigos países socialistas do Leste e depois para denegrir os que põem causa a sua hegemonia, atualmente sob controlo do Partido Democrático e financiada pela Fundação Ford. Kenneth Roth, o seu diretor executivo afirmou: “Tradicionalmente, estes (Direitos Humanos, nos EUA) são vistos como apenas direitos civis e políticos, como a liberdade de expressão, o direito a um julgamento justo, o direito de não serem torturados. Mas acaba aqui”⁶.

É a mesma coisa para a maioria daqueles 22 governos.

A Pandemia da COVID19 à luz dos Direitos Humanos

O combate da China, pela saúde do seu povo e da Humanidade

Os anjos salvadores, vestidos de branco, voaram da Ásia e do Caribe para todo o mundo.

A China, no período mais crítico da pandemia, enviou especialistas e material médico de primeira linha para 89 países (este número já ultrapassa os 200) – da Itália à Coreia do Sul e ao Irão, 28 países asiáticos, 16 países europeus, 26 países

⁶ Kenneth Roth, Diretor Executivo da HRW, sobre o Report 2021. Biden's Challenge: Redeeming a US Role for Human Rights. <https://www.hrw.org/world-report/2021/bidens-challenge>.

africanos, 9 países do continente americano e 10 países do Pacífico Sul, através da China International Development Cooperation Agency (CIDCA). E fê-lo de novo no que respeita à distribuição das vacinas.

Em paralelo com a China, Cuba enviou as suas equipas médicas para 26 países de quatro continentes, sem distinção de regime político ou objetivo de lucro.

Construído pela China na Internet e de livre acesso, o Banco de Dados de Recursos do Novo Coronavírus 2019 registou logo nos primeiros meses mais de 4 milhões de downloads vindos de 152 países e regiões⁷. Contém toda a informação científica resultante da investigação, da sistematização e problemática dos cuidados médicos, das estratégias de controlo da pandemia, adquiridos desde a descodificação do genoma, nos princípios de janeiro de 2020. Empresas privadas e públicas do mundo inteiro, autoridades e centros de investigação puderam assim, desde o início da pandemia, avançar para a descoberta e experimentação da vacina, dos medicamentos e da produção dos equipamentos e materiais adequados ao combate da COVID-19. Sem qualquer contrapartida, económica ou política.

Não só a investigação do novo vírus não foi abafada, como, desde dezembro de 2019 mobilizou todos os recursos da China, The Wuhan Center for Disease Control and Prevention (CDC), the Chinese Academy of Medical Sciences (CAMS), The National Health Commission (NHC) em colaboração com os Centers for Disease Control and Prevention (CDC) dos EUA e a Organização Mundial de Saúde (OMS/WHO).

Desde 3 de janeiro de 2020, a China tem vindo a informar regularmente a Organização Mundial de Saúde (OMS/WHO), bem como os países e regiões suscetíveis de serem primeiro afetados (Hong Kong, Macau, Taiwan) sobre o surto de uma nova pneumonia, estabelecendo nessa data os primeiros contactos com os Centers for Disease Control and Prevention (CDC) dos EUA, o seu parceiro estratégico em anteriores surtos epidémicos. De tal modo que, no dia 7 de janeiro, o vírus foi identificado na China como um novo corona e no dia seguinte os CDC dos EUA puderam receber e partilhar toda a informação científica que a 9 de janeiro foi plenamente comunicada à OMS e, na mesma data, divulgada pelas autoridades em grande escala, não apenas entre a população de Wuhan como de toda a China.

⁷ National Bioinformatics Center 2019 Novel Coronavirus Information Database (2019nCoV). <https://bigd.big.ac.cn/ncov>.

Ainda a 9 de janeiro, a OMS/WHO divulgou no seu site um comunicado sobre um conjunto de casos de pneumonia em Wuhan, dizendo que a identificação preliminar de um novo coronavírus num tão curto espaço de tempo constituía uma conquista notável: "...preliminary identification of a novel coronavirus in a short period of time is a notable achievement data".

Os investigadores que trabalham nos laboratórios especializados afirmam que os vírus criados artificialmente têm características específicas que os distinguem dos vírus selvagens e que o SARSCoVID19 apresenta todas as características dos vírus provenientes da natureza, como o reafirmou o chefe da segunda missão que neste ano de 2021 regressou à China, numa mensagem que antecedeu a partida, em nome da OMS, o Dr. Peter Ben Embarek⁸. A primeira missão ocorreu logo em Fevereiro de 2020 e permitiu à OMS organizar o combate mundial contra a COVID19⁹.

Deve perguntar-se: qual foi o centro de investigação que encontrou sinais de artificialidade no COVID19 e lançou a dúvida sobre a sua origem? Nenhum! O boato, sim, foi fabricado e devemos procurar os que dele beneficiaram.

A comunidade científica internacional partilha uma posição de consenso sobre a natureza dos novos vírus epidémicos: eles têm origem na vida selvagem, abundante e oculta nas grandes florestas devastadas pelo nosso modelo civilizacional, infetam os animais e, depois, estes novos hospedeiros, passam-nos aos seres humanos, a partir do que podem sofrer novas mutações, duas das quais foram logo publicitadas e identificadas pelos investigadores chineses. O seu aparecimento, em todo o mundo, em número crescente e com maior frequência, constitui um dos resultados mais trágicos da crise ambiental e da quebra do equilíbrio dinâmico dos ecossistemas naturais, sobretudo através da perda da biodiversidade e do desaparecimento consequente dos predadores dos vírus. Invadindo os seus refúgios milenares, os seres humanos ficam expostos à sua transmissão indireta pelos animais hospedeiros.

Do combate entre a medicina e as infeções virais, e do desaparecimento das cadeias da biodiversidade que protegiam o ser humano, surgem formas de vírus mais agressivas que causam pandemias.

⁸ Embarek, P. (2021). Episode #21 - COVID-19 - Origins of the SARS-CoV-2 virus. In *Science conversation*. World Health Organization, 14.01.2021.

⁹ *Report of the WHO-China Joint Mission on Coronavirus Disease (COVID-19) 16-24 February 2020*. <https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/who-china-joint-mission-on-covid-19-final-report.pdf>.

O desenvolvimento da Organização Mundial da Saúde (OMS), do seu trabalho de investigação, prevenção e alerta, foi a resposta que essa mesma humanidade encontrou, para se defender da nova ameaça, que permanecia na memória coletiva desde a mal denominada Gripe Espanhola de 1818, com 20 a 50 milhões de mortos no mundo (60 a 100 mil em Portugal).

O aparecimento de um vírus violento e de grande morbidade voltou a acontecer em 1968, com a Gripe de Hong Kong, na altura uma colónia inglesa, onde teve origem o vírus Influenza A subtipo H3N2, uma das gripes com origem nas aves, que causou mais de um milhão de mortes à escala mundial. Devemos pedir contas à Grã-Bretanha imperial, e para apurar as suas responsabilidades, usar os nossos tribunais para levar ao banco dos réus sua majestade a rainha e os seus governantes e reclamar uma indemnização, acrescida de juros, como clamaram, já não apenas os Trump e Bolsonaros, mas o governo australiano, ministros britânicos, e outros, como os porta vozes dos executivos de Merkel e Macron?

Foi assim que surgiu o VIH – vírus da imunodeficiência humana, causador da sida. Foi detetado em 1981 nos EUA, tornando-se então a principal causa de morte de cidadãos americanos adultos entre os 25 aos 44 anos, que já matou 32 milhões de pessoas em todos os países. Deveríamos chamar-lhe SIDA dos EUA, como propôs o discurso político de Trump e Bolsonaro?

Em 2003, foi a vez da China, com uma nova doença respiratória denominada SARS, causada por um coronavírus parente do atual SARS-CoV-2. E, agora, com o Coronavírus de 2019.

Na última grande pandemia – a chamada Gripe A, em 2009 e 2010, o vírus começou nas aves, transmitiu-se aos suínos, onde se misturou com outro e fez nascer um H1N1 com capacidade de transmissão de pessoa para pessoa. O seu epicentro passou do México aos EUA e espalhou-se pelo mundo, chegando a Portugal a 29 de abril de 2009 (primeiro caso diagnosticado) e atingindo 200 mil portugueses – 124 morreram. Mas à escala do mundo, a perda de vidas humanas superou as 600 mil pessoas.

A segunda missão que visitou a China, no princípio de 2021, prescreveu um rastreio mundial para descoberta das origens do vírus e dos animais hospedeiros (que países como os EUA se recusam a fazer), perspectiva reforçada pela divulgação do estudo na área do cancro do pulmão no Norte da Itália, realizado por uma equipa do centro nacional de tratamento desta doença, cujas amostras foram colhidas em 2019, vários meses antes da descoberta do vírus na China, contendo anticorpos contra a COVID19. Ao que acresce o extermínio de milhões

de martas, nos países criadores do Norte e Centro da Europa e na Espanha, comprovadamente portadoras do vírus que infetou as comunidades humanas locais. O artigo em causa, publicado primeiro na Revista *Il Tumori*, foi acolhido depois pela *Lancet* e divulgado pelas entidades científicas mais reputadas¹⁰.

A ajuda chinesa chegou no momento crítico a Portugal

Wang Yi, ministro chinês dos Negócios Estrangeiros, disse que a tradição do apoio mútuo entre Portugal e a China é fulcral para um momento como este e afirmou que “não devemos esquecer o apoio que Portugal deu à China quando lutamos contra esta epidemia. Num momento como este, estamos em profunda solidariedade com as vítimas e infetados pelo novo coronavírus em Portugal e faremos tudo o que estiver ao nosso alcance para ultrapassar este obstáculo”¹¹.

Nessa altura, o mercado de saúde confinou-se porque os países mais ricos reservaram para si ou compraram a peso de ouro os recursos de proteção. A Itália e a Espanha foram abandonados à sua sorte pela Comissão Europeia e pelos vizinhos ricos, ainda protegidos da pandemia. Foi a China que partilhou os seus recursos, enviando-os para o mercado quando ainda não tinha controlado a pandemia e através de donativos, que aqui continuamos a elencar no caso de Portugal.

A EDP e a China Three Gorges (CTG) entregaram 50 ventiladores, 200 monitores médicos e outros equipamentos à embaixada de Portugal em Pequim. A CTG foi a primeira empresa a oferecer ajuda às autoridades portuguesas.

O grupo Fosun, o maior investidor chinês em Portugal, enviou diretamente da China equipamentos para combater a pandemia em Portugal, incluindo um milhão de máscaras para uso por profissionais de saúde, entregues ao Serviço Nacional de Saúde (SNS), que os adquiriu, bem como 200.000 testes desenvolvidos pelo departamento médico da Fosun, Fosun Pharma. A este auxílio, o grupo adicionou cerca de 70.000 máscaras, 7.000 fatos de proteção e 20.000 testes oferecidos ao nosso país, com o apoio da Luz Saúde, Millennium BCP e Fidelidade (empresas do grupo em Portugal).

A Fundação Alibaba e a Fundação Jack Ma, ambas criadas pelo bilionário chinês, doaram máscaras, testes e vestuário de proteção a Portugal.

¹⁰ Unexpected detection of SARS-CoV-2 antibodies in the prepandemic period in Italy.

¹¹ “China reafirma “tradição de apoio mútuo” com Portugal para combater epidemia”, Lusa 31 Março 2020. https://www.rtp.pt/noticias/mundo/china-reafirma-tradicao-de-apoio-mutuo-com-portugal-para-combater-epidemia_n1216984.

Um investidor chinês doou 78 ventiladores, entregues à Embaixada de Portugal em Pequim, destinados a hospitais da área metropolitana de Lisboa.

O material médico oferecido pelo Governo chinês a Portugal incluía 144 ventiladores, um milhão de máscaras, 22 mil fatos de proteção individual, 100.000 pares de luvas e óculos e 10.000 tampas cirúrgicas, correspondentes a 4,5 milhões de euros em material médico.

A empresária Ming Hsu, proprietária da imobiliária chinesa Reformosa, ofereceu 4,6 milhões de euros em equipamento médico a Portugal para combater a pandemia Covid-19. Além dos 80 ventiladores que mandou vir da Austrália, cerca de 22.000 fatos de proteção, 100.000 pares de luvas, 100.000 óculos e 10.000 tampas cirúrgicas fazem parte da doação. Além deste auxílio, a empresária organizou um consórcio de empresas chinesas portuguesas para recolher donativos, angariando mais de 200 mil euros.

O Governo adquiriu 500 ventiladores e 200.000 testes à China por 9,5 milhões de euros. É significativo que o valor das ofertas exceda claramente o das compras e que a China tenha tomado medidas severas para evitar práticas comerciais especulativas!

O apoio direto, entre parceiros chineses e portugueses, em todos os tipos de atividades, multiplicou-se por todo o país:

No Porto, a Fosun, em parceria com o Haitong Bank e a Haitong Securities, doou ao município 53.000 máscaras cirúrgicas, 5.000 testes e 200 óculos de proteção e 200 fatos de proteção.

O município de Lanxi e a Associação de Solidariedade de Lanxi entregaram 150.000 máscaras, destinadas a cinco municípios, Alenquer, Maia, Condeixa, Vila do Conde e Santa Maria da Feira.

O município de Vila do Conde recebeu uma doação de 5.000 máscaras da Associação de Mulheres Chinesas e outra de 1.000. Esta entidade apoiou ainda o concelho de Braga, com material de distribuição pelas IPSS.

A comunidade chinesa recolheu outros fundos para apoiar Wuhan e o nosso país. Os chineses que escolheram Portugal como segunda pátria entraram em quarentena voluntária para defender os seus concidadãos portugueses. Nem uma única corrente infecciosa que atingiu o nosso país teve origem na China!

A pandemia da COVID 19 permitiu revelar a verdadeira natureza dos regimes políticos

Em segredo, os governos de 10 países ricos açambarcaram 75% das vacinas, prevenindo-se para a possibilidade de o seu efeito não ultrapassar alguns meses ou até um ano, deixando mais de 130 países em risco de penúria prolongada, desprezando os princípios e imperativos políticos e morais que compõem a Declaração Universal dos Direitos do Homem, que subscreveram e juraram cumprir e fazer cumprir em benefício de toda a Humanidade. Os EUA, a UE, o Reino Unido, a Austrália, o Canadá e o Japão asseguraram mais de 3 mil milhões de doses, um excesso superior a mil milhões face às 2,06 mil milhões necessárias para a totalidade das suas populações (Reuters, 19 Fevereiro 2021). O Canadá liderou a tabela, de acordo com os dados da empresa de análises Airfinity, “com doses suficientes para vacinar cada canadense cinco vezes”. Israel e a Austrália fizeram o mesmo...

A denúncia veio de todo o lado, do Secretário-Geral da ONU, do presidente da OMS, de organizações humanitárias.

Em 18.02.2021, a Agência Lusa atualizava a posição da RP da China:

A China nunca teve objetivos geopolíticos na venda das suas vacinas. Nunca fez cálculos para beneficiar economicamente e não estabeleceu condições políticas, disse o ministro Wang, citado pelo portal do Ministério dos Negócios Estrangeiros da China.

Há uma lacuna na distribuição. As vacinas estão a ir rapidamente para os países de rendimento alto, mas não para os países em desenvolvimento. Isto só vai exacerbar mais as desigualdades.

O ministro também sublinhou que as vacinas devem ser um “produto público acessível em todos os países” e que para a China é “imperativo” fazer o possível para pesquisar, desenvolver e distribuir vacinas em todo o mundo.

III. O PCCh, o partido do socialismo ecológico e do projeto de uma nova ecocivilização

O desenvolvimento sustentável foi reconhecido como o conceito científico de desenvolvimento na Terceira Sessão Plenária do 16.º Congresso Nacional da CPC em 2003. Foi estabelecido como o pensamento orientador para o desenvolvimento económico e social da China no 17.º Congresso Nacional do PCCh,

entendido como um desenvolvimento equilibrado entre áreas urbanas e rurais, entre o homem e a natureza, e entre diferentes gerações.

O Presidente chinês Hu Jintao declarou o objetivo de construir a Civilização Ecológica no 17.º Congresso Nacional do PCCh.

Iniciou-se na década de 1980 um quadro jurídico para a proteção do ambiente, no entanto, as leis foram largamente ignoradas pelas empresas estrangeiras e domésticas na sua tentativa de obter lucros, e as prioridades dos governos locais continuaram a ser as prioridades de atrair e promover o investimento e o emprego.

Em 2013, o Presidente Xi Jinping afirmou: “Nunca mais procuraremos o crescimento económico à custa do ambiente”.

O conceito de “construção da civilização ecológica” foi adicionado aos estatutos durante o 18.º Congresso do PCCh em 2012, por iniciativa do presidente Xi.

Isso significa, pela primeira vez da História, que a filosofia ambiental é doutrina de Estado e os filósofos são as mesmas pessoas que os líderes políticos, com uma dimensão coletiva de 92 milhões de militantes comunistas, 78 milhões de jovens comunistas e mais de um milhão de militantes dos partidos democráticos seus aliados.

Após o 18.º Congresso Nacional do PCCh, a Terceira e Quarta Sessão Plenária do Comité Central elaborou o desenho estratégico para a construção da Civilização Ecológica no quadro do Socialismo com Características Chinesas. No 13.º Plano Quinquenal (2016-2020), o Desenvolvimento Ecológico tornou-se um dos cinco princípios de desenvolvimento após o Comité Central e o Conselho de Estado terem publicado as orientações para acelerar a construção da civilização ecológica.

A província de Fujian foi escolhida como zona piloto de demonstração da civilização ecológica a nível de província, com outros projetos-piloto na província de Jiangxi, província de Yunnan, província de Quinchai, província de Guizhou e Região Autónoma de Xinjiang.

Paralelamente às referências ideológicas aos fundadores do pensamento marxista-leninista e à sua evolução e metamorfose no maoísmo chinês, bem como às contribuições filosóficas-políticas da nova geração de líderes, os princípios ambientais ganharam o estatuto de lei do PCCh, vertida nos seus Estatutos (Preâmbulo, 2012):

O Partido Comunista da China lidera o povo na promoção do progresso ecológico socialista. Eleva a sua consciência ecológica da necessidade de respeitar,

acomodar e proteger a natureza; segue a política básica do Estado de conservação dos recursos e proteção do ambiente e o princípio de dar grande prioridade à conservação dos recursos, à proteção do ambiente e à promoção da sua restauração natural; e prossegue um desenvolvimento sólido que conduz ao aumento da produção, da profusão e de um bom ecossistema. O Partido esforça-se por construir uma sociedade de conservação de recursos e amiga do ambiente; e preserva o espaço geográfico da China e melhora a sua estrutura industrial e modo de produção e o modo de vida chinês no interesse de conservar recursos e proteger o ambiente. Tudo isto visa criar um bom ambiente de trabalho e de vida para as pessoas e garantir um desenvolvimento duradouro e sustentável.

Este desenvolvimento ideológico teve um impacto imediato, tanto na vida interna do PCCh, como na fundação da Escola do PCCh no Ministério do Ambiente, destinada a educar os quadros do partido nas questões ambientais sob o lema “A China Formosa”, envolvendo não só milhões de militantes, mas toda a sociedade chinesa, através da convocação das “duas assembleias”, da 12.^a Assembleia Nacional Popular e da 12.^a Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, que estabeleceram as políticas correspondentes.

IV. Uma Nova Era de globalização

A crise económica e financeira já lavrava antes da crise da COVID e, desta vez, tendo a Alemanha como epicentro. A crise nos EUA aproximava-se.

Nos EUA, no Japão e no Reino Unido, o crescimento económico assentou na expansão do crédito e na aumento da emissão de papel-moeda, na sobreprodução de bens e serviços, e, particularmente nos EUA, à custa de incomensuráveis custos ambientais, repetindo o ciclo infernal que se inicia com a política de expansão monetária, baixa de juros e excesso de liquidez e conduz ao crescimento da dívida global, à nova crise de sobreprodução e ao colapso do sistema financeiro. Tudo isto agravado pela saída dos capitais da economia real, das empresas e mesmo dos bancos, para poderosos Fundos Financeiros não escrutináveis, para a compra de obscuros “produtos derivados” e títulos de Dívida Soberana, que não criam nem mercado, nem postos de trabalho, nem inovação, nem impostos significativos.

O protecionismo americano dirigido contra a economia da China provocou colateralmente a contração do comércio mundial e graves danos na economia

da União Europeia, que tem na China o seu principal mercado. Como resultado, a Alemanha apresentava um PIB estagnado ou negativo ao longo dos trimestres de 2019.

A crise económica nos EUA viria a seguir. Uma crise de superprodução, provavelmente a iniciar-se no setor da produção de combustíveis fósseis, como a pandemia revelou, conduzindo os oligopólios do setor a pagar aos clientes para esvaziar os stocks.

Anotemos que o PIB da China apenas depende em 18,26% (2018) da exportação, numa tendência decrescente que, no período de 10 anos, baixou de 31,15% para aquele valor; ao contrário, o PIB europeu depende em grande medida das exportações. Veja-se o caso das suas maiores economias: a Alemanha, 38,71% (2019), França, 21,04% (2019), Itália, 26,62%, Espanha, 23,94%, mas não do Reino Unido, 16,61% (2019).

Abriu-se uma Nova Era de globalização, no plano político, económico e social. A globalização deixou definitivamente de ser hegemonzada pelos EUA e ganhou uma dimensão multipolar, enquanto, paradoxalmente, se materializou a integração da economia dos EUA e da China. Portugal, passou a ocupar o lugar estratégico de porta atlântica da Rota da Seda da Eurásia

Segundo a avaliação conjunta do FMI e do BM, desde 2011 que a China ultrapassou os EUA em poder de compra comparado PPP (erradicação da pobreza em 2020, com um balaço de 850 Milhões de cidadãos da RPCh retirados da pobreza, desde a sua fundação em 1949), enquanto, sem o contributo do PIB da China, em permanente crescimento, o mundo já teria entrado em recessão em 2016.

Pese embora as empresas americanas do setor militar-industrial continuarem a liderar, em áreas como a eletrónica, a robótica, a engenharia militar, a cibernética...e o PIB nominal dos EUA continuar a ser o mais elevado e o mais mal distribuído do mundo: 1% dos americanos auferem de 93,5% do valor do PIB (Fonte: Reserva Federal dos EUA).

Esgotada e em crise, a globalização financeira, hegemonzada pelos EUA, o Reino Unido e o japão, abre-se uma Nova Era de globalização não hegemónica, já anunciada pelos BRICS, com os acordos de comércio e cooperação gerados pela Nova Rota da Seda que, na África e através do Fórum China-Africa Cooperation (FOAC), se traduzem pela adesão de 53 dos 54 países africanos e na celebração de 37 acordos de cooperação estratégica com 37 desses países, com base no

modelo da Etiópia: criação de um HUB industrial, tecnologicamente avançado e sustentável no plano ambiental. Na Eurásia, esses acordos criaram uma nova área de integração económica, servida pelos Caminhos de Ferro que, nos dois sentidos, ligam as cidades chinesas a Londres e Madrid em menos de duas semanas. E, mais recentemente, o Acordo sobre o Investimento UE-China. Finalmente, por iniciativa da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), constituiu-se a Parceria Económica Abrangente Regional (RCEP, na sigla em inglês), o maior acordo comercial do mundo em termos de Produto Interno Bruto (30%).

O sistema financeiro internacional cavou a sua própria queda ao criar para si próprio um valor artificial de dívida global (pública, empresarial, das famílias e mesmo dos pequenos bancos para com os maiores, que ultrapassa em 286% o PIB mundial), através de obscuros produtos financeiros, a manipulação das agências de *rating*, a desregulamentação da sua própria atividade e a criação de um cartel dos maiores bancos privados mundiais, a proliferação dos paraísos fiscais até no coração da própria Europa, como a City de Londres ou o Luxemburgo e o controlo dos governos e instituições ocidentais, como a União Europeia e o FMI.

Os 17 bancos gigantes, que dominavam a primeira globalização, assediados pela concorrência desleal dos Fundos Abutre, em vez de exigirem uma regulação da sua atividade, optaram por copiar a sua estratégia e métodos, despedaçando o volante regulador da atividade financeira, que agora é uma locomotiva alucinada em marcha cega para o desastre da próxima crise.

O que distingue a Nova Era da globalização da primeira vaga financeira, caracterizada pela desregulação do mercado financeiro (com o emergir dos todopoderosos Fundos Abutre) e hegemónizada pelos EUA? Porque ganham superioridade os novos acordos multilaterais, face aos tratados internacionais vigentes e as instituições que os governam – FMI e Banco Mundial, hegemónizadas pelo capital dos EUA e o seu dólar?

A diferença dos acordos BRICS, Nova Rota da Seda, RCEP, que anunciam uma Nova Era, reside, em primeiro lugar, no acesso ao comércio livre em pé de igualdade tal como ao crédito a juros baixos acessíveis de todos os parceiros; segundo, no respeito pela decisão soberana de cada um sobre a escolha dos seus projetos económicos estratégicos e o modelo de regime de governação (com vários tipos de democracia); terceiro, na posição da China como parceiro que não procura a hegemonia, porque abdica de criar mecanismos que lhe podiam garantir essa hegemonia. Veja-se o caso do AIIB The Asian Infrastructure Investment Bank (2015): a China anunciou que já foram planeados mais de 1 trilião yuan (US \$ 160

bilhões E.U.) de projetos de infraestruturas. O Banco tem um capital autorizado de US \$ 100 bilhões, dos quais 75% serão provenientes de países asiáticos e da Oceânia. Mas a China detém apenas 26% dos direitos de voto.

RCEP abre caminho para a criação de uma zona livre de comércio, abrange dez economias do sudeste asiático (Indonésia, Tailândia, Singapura, Malásia, Filipinas, Vietname, Birmânia, Camboja, Laos e Brunei) mais a China, Japão, Coreia do Sul, Nova Zelândia e Austrália, onde vivem mais de 2 mil milhões de pessoas. A Índia reservou a opção de aderir a este acordo posteriormente.

Os países da Eurásia, desde o leste da China até ao ocidente da Europa, estão a constituir um mercado contíguo que cobre 60 países e 60% da população, 75% dos recursos energéticos e 60% do PIB do mundo. Estima-se que dentro de dez anos o comércio em toda esta região poderá superar US \$ 2,2 triliões por ano.

Portugal, porta atlântica da Rota da Seda da Eurásia, significa para o futuro da economia peninsular e europeia que essa porta será Sines e a ligação ferroviária a Madrid, com a revitalização do aeroporto de Beja, ou vai ser Sevilha.

A integração da economia dos EUA e da China constitui a base da prosperidade de muitas grandes empresas americanas Starbucks (SBUX), Boeing (BA) and Apple (AAPL, Tech30).

A China é um grande investidor nos EUA (e na União Europeia).

A economia americana é hoje uma economia militarizada, ao serviço da qual se têm multiplicado as intervenções militares e vai em crescendo a guerra económica contra os seus próprios aliados.

O apoio de alguns governos europeus a estas intervenções colocou a Europa numa situação de “guerra de baixa intensidade”, que o terrorismo representa.

A análise da política dos EUA deveria iniciar-se tendo como referência a sua “Estratégia de Defesa Nacional” e a sua “Estratégia de Segurança Nacional”, que, sendo do governo de Trump, já era a do governo Obama, a qual proclama o estatuto dos EUA como potência hegemónica que não pretende ceder o seu domínio. E a sua comparação com as suas equivalentes, nomeadamente da China!¹² A Estratégia de Segurança Nacional, ESN [National Security Strategy (NSS)] afirma que “China e Rússia desafiam o poder, a influência e interesses dos EUA, tentando

¹² Ver General Wei Fenghe, Ministro da Defesa Nacional e Conselheiro do Estado da República Popular da China, 2/6/2019, Discurso perante o 18.º Diálogo Xangrilá, Global Times, Pequim.

erodir a segurança e a prosperidade dos EUA". O boicote económico do Japão, foi a causa estratégica do desencadear da guerra em Pearl Harbour.

Os EUA aplicam hoje sanções a mais de 160 países que classificam como desafiadores do poder, a influência e interesses dos EUA, ameaças à segurança e a prosperidade dos EUA. Foi Obama quem classificou a Venezuela como "ameaça à segurança nacional dos EUA!"

A Estratégia de Defesa Nacional, EDN [National Defense Strategy (EDN)] do Governo Trump afirma que a China "almeja a hegemonia regional no Indo-Pacífico no curto prazo, e a apelar os EUA para alcançar a hegemonia global no futuro"¹³.

O Governo Trump agravou esta visão política, classificando a Rússia como inimigo.

A guerra económica dum potência que sabe ter perdido a superioridade na economia, mas dispõe de supremacia militar sobre todos os adversários, é um facto novo na história moderna. As consequências deste facto não são ainda totalmente perceptíveis, mas já levaram à guerra do petróleo contra a OPEP, lançada pelo aliado Arábia Saudita, que provocou deliberadamente o *dumping* dos preços do barril, devastando a economia da Rússia, do Irão, da Venezuela, mas também de Angola...

A guerra económica, parece evoluir para um confronto global, que não poupa sequer os aliados dos EUA. Recordo dois episódios recentes:

5 G: Não usar rede da Huawei significa atraso de "pelo menos 2 anos", protestam os CEO do sector das Telecomunicações!¹⁴

Os Estados Unidos têm tentado bloquear a construção do novo oleoduto Torrente Norte-2, com ligação direta entre a Rússia e a Alemanha, sem intermediários, seguindo uma estratégia de boicote à economia dos países que considera inimigos ou adversários e dependem da venda do seu petróleo e gaz, mas também porque o setor de combustíveis fósseis se encontra atolado, com os barcos e os depósitos a regurgitar, o que ainda há pouco provocou a venda dessas reservas ao desbarato e mesmo com o ónus de as empresas produtoras pagarem milhares de milhões de dólares para se livrarem do crude em excesso.

¹³ The National Defense Strategy (NDS). <https://www.defense.gov/Explore/Spotlight/National-Defense-Strategy>.

¹⁴ NOS/5G: Não usar rede da Huawei significa atraso de "pelo menos 2 anos". *JN. Dinheiro Vivo*, 08.03.2019. In <https://www.jn.pt/economia/dinheiro-vivo/nos5g-naousar-rede-da-huawei-significa-atraso-de-pelo-menos-2-anos-10657781.html>. Acedido a 29.06.2021.

Emmanuel Macron e Angela Merkel sublinhavam a importância que a Europa precisa dar à autossuficiência e a necessidade de apostar numa frente unida, numa estratégia de mão estendida e punho fechado face à futura Administração norte-americana.

O Federalismo monetário e burocrático da UE foi incapaz de enfrentar as novas pandemias e erradicar o terrorismo. Mas o caminho para um Federalismo Democrático com características europeias está fechado. É este debate que temos de abrir.

Que lições da História, como ciência política, chegam da China para uma Europa que sofre a crise das democracias liberais e o emergir de regimes autoritários no seu próprio seio, e, para além deles, uma crise civilizacional? Portugal precisa de um projeto de convergência democrática e unidade que congregue mais do que a frente ampla da esquerda, e estabeleça um programa comum com a direita democrática, programa que represente os interesses da nação portuguesa e agregue aos partidos políticos todas as forças sociais, para enfrentar as novas crises e levar a cabo a transição ecológica da economia e a inovação democráticas. E reproduzir essa convergência democrática à escala nacional numa escala europeia.

Inovação e sustentabilidade são as chaves de progresso apontadas pela China, não apenas no domínio da digitalização da economia atual, mas sobretudo através da construção do que a China chama as sete novas infraestruturas, que incluem os grandes *Data Center*, mas também a Inteligência Artificial, as Redes de Transporte Elétrico e dos CF de alta velocidade... pela via ecológica.

No quadro da nova globalização multilateral, uma Europa reconstruída sobre um caminho original para o Federalismo Democrático poderá ombrear em pé de igualdade com a China na construção de um futuro comum pacífico e próspero e cooperar com os EUA e outras entidades internacionais, para favorecer nesse país e no mundo o triunfo das forças democráticas, da paz e dos Direitos Humanos em toda a sua plenitude.

Referências bibliográficas

- Arturov, O. A. (1951). *Problemas – Revista Mensal de Cultura Política. O Regime Estatal da República Popular da China*, n.º 36. Set-Out de 1951, S. Paulo, Brasil.
- Bell, D. (2020). *O Modelo Chinês. A Meritocracia Política e os Limites da Democracia*. Lisboa: Gradiva.

- China reafirma “tradição de apoio mútuo” com Portugal para combater epidemia. *Lusa*, 31.03.2020. In https://www.rtp.pt/noticias/mundo/china-reafirma-tradicao-de-apoio-mutuo-com-portugal-para-combater-epidemia_n1216984. Acedido a 29.06.2021.
- China releases white paper on poverty alleviation. *chinadaily.com.cn*, 06.06.2021. In <http://www.chinadaily.com.cn/a/202104/06/WS606bc164a31024ad0bab3b05.html>. Acedido a 29.06.2021.
- Constitutions of PRC. In http://www.npc.gov.cn/zgrdw/englishnpc/Constitution/node_2825.htm. Acedido em 10.09.2019.
- NOS/5G: Não usar rede da Huawei significa atraso de “pelo menos 2 anos”. *JN. Dinheiro Vivo*, 08.03.2019. In <https://www.jn.pt/economia/dinheiro-vivo/nos5g-naousar-rede-da-huawei-significa-atraso-de-pelo-menos-2-anos-10657781.html>. Acedido a 29.06.2021.
- Embarek, P. (2021). Episode #21 - COVID-19 - Origins of the SARS-CoV-2 virus. In *Science conversation. World Health Organization*, 14.01.2021. <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/media-resources/science-in-5/episode-21---covid-19---origins-of-the-sars-cov-2-virus?fbclid=IwAR1UMrqaxzk4g7vQ9iB6s5VdyuHQYjA7ayeJp6IDqpUKN6PUKAH1W7T6ZLE>.
- Fenghe, W. (2019). <http://sakerlatam.es/china/general-wei-fenghe-ministro-da-defesa-nacional-e-conselheiro-do-estado-da-republica-popular-da-china/>. Acedido a 10.09.2019.
- Goodman, J. (2021). Has China lifted 100 million people out of poverty? In *BBC Reality Check*, 28.02.2021. <https://www.bbc.com/news/56213271>. Acedido a 29.06.2021.
- Jinping, X. (2018). *Governança da China*, I e II. Beijing: Editor de Línguas Estrangeiras.
- Jintao, H. (2012). Full text of Hu Jintao's report at 18th Party Congress. Pequim. http://www.china-embassy.org/eng/zt/18th_CPC_National_Congress_Eng/t992917.htm. Acedido a 19.02.2017 Acedido a 29.06.2021.
- National Bioinformatics Center 2019 Novel Coronavirus Information Database (2019nCoV) <https://bigd.big.ac.cn/ncov> Acedido a 29.06.2021.
- Report of the WHO-China Joint Mission on Coronavirus Disease (COVID-19) 16-24 February 2020. <https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/who-china-joint-mission-on-covid-19-final-report.pdf> Acedido a 29.06.2021.
- Roth, R. (2021). *Biden's Challenge: Redeeming a US Role for Human Rights*. <https://www.hrw.org/world-report/2021/bidens-challenge> Acedido a 29.06.2021.
- The National Defense Strategy (NDS). <https://www.defense.gov/Explore/Spotlight/National-Defense-Strategy/> Acedido a 29.06.2021
- Tumori. 2020 Nov 11:300891620974755. doi: 10.1177/0300891620974755. Online ahead of print. PMID: 33176598 Acedido a 29.06.2021.
- Xiaoping, D. (1995). Selected Works of Deng Xiaoping (vol. I). Pekin: Foreign Languages Press. <http://en.theorychina.org/ldbook/>. Acedido a 19.02.2017.

- Yellinek, R. (2019). The "22 vs. 50" Diplomatic Split Between the West and China Over Xinjiang and Human Rights. *China Brief*, vol. 19, issue 22, 31.12.2019.
- Zemin, J. (1998). Thought of Three Represents Fourth Plenary Session of the Thirteenth Party Central Committee (1998) of China ratified by the Sixteenth Party Congress in 2002. <http://en.people.cn/90002/92169/92211/6274616.html>. Acedido a 19.02.2017.